

DESTAQUE

RESTITUIÇÃO DE PATRIMÓNIO

Antes de devolver património há que admitir o erro da colonização

Em Portugal ainda não se discute a restituição de património às ex-colónias, mas países como a França e a Alemanha fazem-no há anos. Por que razão estamos atrasados neste debate? Os nossos museus e arquivos já receberam pedidos de devolução?

Lucinda Canelas

A discussão não é de hoje, mas, a avaliar pela sua presença mediática nos últimos dois anos, acentuada no final de Novembro com a publicação de um relatório oficial defendendo a restituição do património de origem africana incorporado em colecções públicas francesas, nunca esteve tão presente, nem com tanta acutilância, como agora.

Este estudo encomendado pelo Presidente francês, Emmanuel Macron, levou já a que curadores, antropólogos e directores de museus por toda a Europa – sobretudo nos países que no passado tiveram impérios ultramarinos – se posicionassem. E como seria de esperar perante um documento que propõe a restituição plena e incondicional de todos os bens que foram retirados “sem consentimento” dos territórios africanos, as opiniões dividem-se, mesmo quando a maioria dos especialistas que já se pronunciaram concorda com a premissa que está na sua ba-

se – a de que a colonização foi um crime.

De um lado os que o aplaudem e vêm nele um passo decisivo para que França e outros Estados sigam os bons exemplos de países como o Canadá e a Holanda e possam fazer da devolução do património às suas ex-colónias um acto simbólico de admissão das responsabilidades que tiveram num dos episódios mais negros da história universal. Do outro os que temem um esvaziamento dos museus europeus de etnologia e os que questionam a capacidade das instituições nos países de origem para preservar e divulgar os bens restituídos. Entre uns e outros, os que duvidam da aplicabilidade de boa parte das propostas do relatório e argumentam que o debate ainda é feito de cima para baixo, sem tratar os territórios que foram colonizados como iguais em direitos.

Afinal, o que pretende Macron com este relatório? Trata-se de um documento estratégico ou de um golpe de teatro da diplomacia? E por que razão fala apenas em restituições a África, quando a França teve (tem) uma presença importante no Pacífico?

As perguntas sobre o processo de restituição multiplicam-se, assim como os adjectivos que se lhe colam como uma segunda pele: complexo, exigente, demorado, desafiante, casuístico, controverso, urgente. Onde está Portugal neste debate? O que pensam de uma eventual devolução historiadores, antropólogos e directores de museus? E o que teria o país de restituir, partindo, por exemplo, da colecção do Museu Nacional de Etnologia (MNE)?

António Pinto Ribeiro, programador cultural que acompanha há muito a produção artística do continente africano, está entre os que consideram que o relatório encomendado por Macron é um “contributo notável” na tentativa de so-

26

Número de obras de arte espoliadas em 1892 que a França já anunciou pretender restituir ao Benim



luções, “necessariamente múltiplas e diversas”, para um “problema inevitável e global”. Lembrando que o discurso da restituição faz parte de uma narrativa mais ampla que engloba outro tipo de reparações pós-coloniais, defende que a restituição deve ser analisada caso a caso.

“É um problema muito complexo. Apurar em que circunstâncias muitas das peças chegaram aos museus europeus não vai ser fácil, assim como não vai ser fácil introduzir alterações à lei em vários países para que elas possam voltar a casa”, diz este investigador do Projecto Memoirs/Universidade de Coimbra, centrado nas memórias dos filhos e netos daqueles que estiveram envolvidos nos processos de descolo-

15

mil documentos do Estado Novo sobre as lutas de libertação foram alvo de um projecto de colaboração com Moçambique

nização dos impérios português, belga e francês.

Um processo em marcha

Apesar das dificuldades, há já alguns indicadores de sucesso e não se resumem ao anúncio de que a França vai restituir ao Benim 26 obras de arte espoliadas pelo seu exército numa expedição punitiva ao antigo reino do Daomé em 1892.

Na Holanda as negociações com os indonésios decorrem a bom ritmo; a Bélgica inaugurará já este domingo o novo Museu Africano, que associa as colecções etnográficas do velho Museu Real da África Central à arte que se faz hoje naquele continente, de acordo com um programa que deverá reflectir bem a sua condição pós-colonial; e na Alemanha o debate em torno do genocídio dos herero no começo do século XX entrou já pelo discurso de Angela Merkel, ajudou a polemizar o Fórum Humboldt, projecto concebido para reunir todas as colecções etnológicas de Berlim, e instalou-se nos tribunais.

“Este movimento está a tornar-se consensual, porque é reconhecido que muitos objectos foram recolhi-



O caso do nosso museu é particular porque ele é muito tardio [1965] e foi criado numa lógica científica

Paulo Costa

Director do Museu Nacional de Etnologia



Esta máscara, usada nos rituais de iniciação do grupo Matapa, foi comprada em Angola, em 1968, por uma equipa do Museu Nacional de Etnologia

CORTESIA: MUSEU NACIONAL DE ETNOLOGIA

dos sem o consentimento dos povos coloniais e, pior, em condições predatórias, às escondidas”, diz o historiador Francisco Bethencourt, professor do King’s College, em Londres, e autor de várias obras sobre a temática dos impérios, incluindo a aclamada *Racismos – Das Cruzadas ao Século XX* (2015). “Os países em desenvolvimento precisam de ter as suas colecções e reflectir sobre as suas próprias formas de identidade ao longo do processo histórico.”

A historiadora de arte moçambicana Alda Costa reconhece a violência da colonização e as suas formas de discriminação, social, económica e racial, mas, “sem querer legitimar ou desculpabilizar” este período, diz que ele faz parte da história do continente africano e não deixa de fora as relações que entre colonizados e colonizadores se estabeleceram.

“Embora compreenda o movimento de restituição do património africano às ex-colónias, tenho sobre ele reservas”, admite, pedindo uma análise cuidadosa das práticas de preservação patrimonial de cada país, da capacidade das instituições para receber, proteger e divulgar os →

Museu Nacional de Etnologia, um caso à parte

Quando se tenta transpor para Portugal a questão da restituição de património às ex-colónias e se faz o exercício de criar uma lista de museus e arquivos que poderão ter bens a devolver, o Museu Nacional de Etnologia (MNE) aparece nos lugares cimeiros. Afinal, um pouco por toda a Europa, museus como este estão entre os primeiros escrutinados. Paulo Costa, o seu director, ressalva, no entanto, que no que toca a esta “matéria delicada” o MNE é um lugar “especial”.

“O caso do nosso museu é particular porque ele é muito tardio [nasceu em 1965] e foi criado numa lógica científica. O seu acervo está, no essencial, apoiado em missões de investigação”, explica Paulo Costa, lembrando que a primeira equipa do MNE – um núcleo dirigido pelo antropólogo Jorge Dias e composto por Margot Dias, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamin Pereira, entre outros – começou a fazer trabalho de campo anos antes e fez deste “um museu das culturas do mundo” e não do Ultramar, como pretendia o Estado Novo.

A primeira colecção inventariada do MNE foi precisamente a que Margot e Jorge Dias compraram aos macondes de Moçambique entre 1958 e 1961, período em que estudaram este povo (a peça n.º 1 do museu é um pote maconde). “A maior parte das nossas colecções é comprada às comunidades enquanto as equipas estão no terreno. E isso é verdade para as ex-colónias africanas, para o Brasil, para Portugal e até para Timor, já que temos peças que pertenceram ao Ruy Cinatti. Cada peça trazida tem uma origem reconhecida, está devidamente inventariada. Por isso digo

que o nosso museu não terá os mesmos problemas de outros. A sua base científica rompe com o paradigma de grande parte dos museus

de etnologia do resto da Europa.”

O MNE tem 42 mil bens inventariados. Desses, precisa Paulo Costa, 2800 são desenhos de Galhano e os restantes objectos etnográficos provenientes de 80 países, incluindo as ex-colónias. “O trabalho de inventariação não está terminado porque estão ainda muitas fichas por digitalizar [nove mil estão *online* no MatrizNet, o catálogo colectivo da Rede Portuguesa de Museus]. Não posso dizer hoje com precisão quantos destes bens vêm das ex-colónias, mas é possível apurar, porque cada peça do museu tem uma ficha.”

Se em relação aos objectos que resultaram de missões de investigação a proveniência é detalhada, o mesmo não acontece com alguns dos que decorrem de doações e com os cerca de dois mil que para ali foram transferidos pela Agência Geral do Ultramar: “Foram peças reunidas sem critério por elementos da administração portuguesa nos territórios, que chegaram até nós sem informação, sem contexto. Não sabemos como foram obtidas e daí eu dizer que algumas podem ter origens problemáticas. Mas são peças bastante desinteressantes, na sua maioria, estão nas reservas. Eu diria que não há entre elas nada de singular que mereça um pedido de restituição. É claro que se representantes dos países africanos as quiserem ver, teremos todo o gosto em recebê-los.”

Paulo Costa não conhece ainda o conteúdo do relatório Macron, mas está “expectante”. Como a maioria dos seus colegas, sublinha, no entanto, que as coisas têm de ser analisadas museu a museu: “Esta é uma questão política com implicações seriíssimas, complexas, a começar pela legislação. É

um problema global, mas isso não quer dizer que a sua solução seja global. Há que avaliar cuidadosamente cada contexto nacional.”

Lucinda Canelas



DESTAQUE

RESTITUIÇÃO DE PATRIMÓNIO

bens, e da importância e do uso que lhes vão ser dados pela sociedade.

“O continente africano vive enormes problemas e os países não contemplam, em geral, nas suas prioridades a preservação do património cultural”, explica esta académica. “Veja-se o número de museus, de profissionais e a carência de recursos de muitas das nossas instituições. Considero mais importante desenvolver as relações de trabalho entre países, incluindo as ex-metrópoles, o acesso a arquivos e museus por parte dos investigadores ou mesmo a criação de facilidades para a sua recuperação digital. No caso de Moçambique-Portugal houve já numerosas iniciativas de colaboração.”

António Sousa Ribeiro, professor da Universidade de Coimbra e autor de *Geometrias da Memória: Atitudes Pós-coloniais*, compreende que a restituição não esteja entre as prioridades das ex-colónias portuguesas, mas não tem dúvidas de que os pedidos de restituição chegarão – porque o direito ao objecto é um direito à memória. “A devolução de património às ex-colónias não é diferente da das obras confiscadas aos judeus pelo nacional-socialismo na Segunda Guerra – tem de ser feita. Pode demorar décadas, mas é preciso começar. E é urgente fazê-lo com verdadeira vontade política, porque são processos para muitas gerações.”

Portugal, argumenta, devia ser dos primeiros a compreender a situação das ex-colónias, porque “sempre foi visto pelos países do Norte como semibárbaro” e porque foi saqueado várias vezes: “Nas Invasões Francesas e muito antes. A principal biblioteca de Oxford tem entre os seus volumes iniciais cerca de cem que pertenciam ao bispo de Faro e que foram roubados pelo conde de Essex no século XVI.”

Assumir o erro

Portugal devia ser dos primeiros a compreender, mas ainda não o faz, porque tarda a assumir as suas responsabilidades na colonização, sublinha o professor de Coimbra. “O esbulho só foi possível no seio das relações de poder e de violência que são as relações coloniais. Há que dizer em primeiro lugar que a colonização foi um erro. E o roubo do património das ex-colónias é apenas um aspecto. Portugal tem de assumir as responsabilidades dos crimes come-

tidos nas ex-colónias, e não estou a falar só do período da guerra.”

Reflectir sobre a colonização, defende, não é um exercício fútil de autocrítica, porque nos ajuda a entender fenómenos contemporâneos como o das migrações. E a difícil tarefa de descolonizar o senso comum deve começar a fazer-se, diz, por cima. “Os nossos políticos têm de deixar de papaguear chavões herdados da propaganda do Estado Novo e que falam dos portugueses como colonizadores bons. Não há colonizadores bons. O mito da excepcionalidade do nosso colonialismo prolonga-se no nosso presente e isso é gravíssimo.”

Francisco Bethencourt lembra, por seu lado, que as guerras de ocupação foram devastadoras, e que, embora a escravatura seja um fenómeno interno africano, a globalização do tráfico de escravos teve enormes consequências demográficas. “A colonização deve ser vista como um crime contra a humanidade.” O facto de boa parte da opinião pública portuguesa não o reconhecer ainda, diz, deve-se a “um défice de educação cívica num país que preferiu curar as feridas da ditadura e do colonialismo através da amnésia”.

Sem o reconhecimento de responsabilidades neste processo, qualquer acto de restituição de objectos ou documentos pouco ou nada significará, defende a antropóloga Elsa Peralta. “O reconhecimento de que a colonização foi um erro deve ser universal e imediato, mas a devolução é sobretudo simbólica. E não tem de ser generalizada e absoluta.”

Para esta investigadora da Faculdade de Letras de Lisboa, “Portugal nunca descolou da narrativa da excepcionalidade do colonialismo português”, porque ela é fácil de adaptar e foi recuperada pela democracia. “Passar de uma lógica de propaganda para outra de maior complexidade histórica e intelectual demora. Aquilo a que eu chamo o ‘senso comum colonial’ está enraizado e só se combate com medidas pedagógicas.”

Para Pinto Ribeiro, Portugal está completamente arredado deste debate. “Aqui ainda estamos a discutir se deve haver um museu sobre os Descobrimentos e o que lhe vamos chamar, o que é uma discussão de século XIX e de grémio literário... Estamos atrasados cem anos nesta questão que é fracturante.” Porquê? “Pela nossa condição periférica, pelo



PATRICK GRIES/MUSÉE DU QUAI BRANLY-JACQUES CHIRAC/RMN-GRAND PALAIS

Esta estátua de Béhanzin, rei do Daomé, é um dos bens reclamados à França pelo Benim

ga a uma reflexão interna sobre a pertinência dos museus etnológicos e antropológicos, que começaram a perder públicos e poder nas décadas de 1960 e 1970. “Quando o nosso nasceu, o Museu do Homem, em Paris, já estava em crise. O do Quai Branly [que reuniu grande parte do acervo vindo das ex-colónias francesas] até antes de abrir levantou polémica. Os museus antropológicos, hoje num limbo, têm de questionar a sua pertinência para levar a uma renovação que faça sentido, menos dependente dos objectos”, diz este antropólogo.

Lembrando que os objectos mais prestigiados, singulares e por isso “essenciais à construção de discursos de identidade nas ex-colónias”, chegaram à Europa no final do século XIX, País de Brito defende que o Ocidente tem de retomar os aspectos dolorosos da sua história. “Os museus ainda querem esquecer o que não se pode esquecer. E, como transferiram as funções do conhecimento para as universidades, foram ficando ausentes do pensamento crítico, fora do debate, do tempo.”

Quanto à relação da opinião pública com a memória colonial, País de Brito reconhece que está cheia de “buracos”, mas o mesmo se passa noutros países. “O relatório Macron não traduz a vontade de um colectivo. Não é a sociedade francesa a dizer que a colonização foi um crime.”

A Portugal, e segundo a Direcção-Geral do Património Cultural, entidade que tutela os museus públicos, não chegou até à data nenhum pedido de restituição. O mesmo se passa no universo dos arquivos, em que são já múltiplos os programas de colaboração com os países de língua portuguesa, de que são exemplo Cabo Verde (centenas de imagens digitais sobre a Colónia Penal do Tarrafal) e Moçambique (foram enviados pelo menos 15 mil documentos produzidos pelos serviços de informação do Estado Novo relativos às lutas de libertação).

O PÚBLICO procurou contactar os ministérios da Cultura em Moçambique e Angola para apurar se estariam a trabalhar no dossier da restituição, mas não obteve qualquer resposta. Em Lisboa, Graça Fonseca, a nova titular da pasta, também optou por não comentar a pertinência do debate em torno da eventual devolução de património às ex-colónias.

Muitos objectos foram recolhidos sem consentimento e, pior, em condições predatórias, às escondidas

Francisco Bethencourt
Historiador

facto de as nossas elites serem ainda muito conservadoras... É preciso ver que continuamos a olhar sempre para nós isoladamente, para o nosso caso particular, quando este debate não pode separar-se de outro que diz respeito à história global – é a partir dela que temos de considerar o nosso passado, também ele colonial.”

Para já, diz o investigador, urge fazer um inventário das peças e dos documentos das antigas colónias que estão nos museus portugueses e rever o direito do património começando, desde logo, por redefinir o seu conceito, sem delimitações materiais

e ideológicas, e sem esquecer a tal história global. Difícil? “Certamente, mas urgente.”

Uma memória com buracos

O que há a fazer na melhoria da relação dos portugueses com o seu passado colonial passa também, defendem os especialistas ouvidos pelo PÚBLICO, pela revisão dos currículos escolares e pela renovação da museografia nas instituições que têm à sua guarda colecções relacionadas com este período.

Todo este debate vai também obrigar a repensar a circulação de obras, para que a Europa não fique privada de objectos deste período que também faz parte da sua história. “Mas agitar o fantasma de que os arquivos e museus europeus de etnologia e antropologia vão ficar vazios é um disparate. Nem todas as ex-colónias estão a exigir restituições. As coisas vão ser feitas com dimensões e velocidades diferentes. Tudo vai depender das negociações entre Estados. E algumas poderão levar a soluções intermédias de depósito ou empréstimo”, observa Pinto Ribeiro.

Joaquim Pais de Brito, antropólogo que durante 22 anos dirigiu o Museu Nacional de Etnologia, concorda com o movimento de restituição que se desenha há décadas e diz que obri-